



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 16 Nº 12
Dezembro de 2007

A demanda e a oferta de petróleo perante uma economia global aquecida

A partir de 2004, quando a economia mundial começou a crescer em torno de 5,0% ao ano, a demanda mundial de petróleo passou a manter-se em um patamar acima de 80 milhões de barris/dia.

Em 2007, a economia mundial permanece extremamente aquecida. O **Panorama Econômico Mundial**, publicado, em outubro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estima que o produto mundial crescerá 5,2% neste exercício. Mantido o patamar de desempenho da economia global, o **Relatório Mensal do Mercado do Petróleo**, publicado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no corrente mês de novembro, prevê uma demanda mundial do produto de 85,7 milhões de barris/dia. Dada a oferta mundial de petróleo dos países que não pertencem à OPEP estar estimada em 54,6 milhões de barris/dia (tabela), há uma diferença de 31,1 milhões de barris/dia a ser suprida pelos países-membros da Organização.

A oferta extremamente ajustada à demanda tem resultado em incrementos dos preços do barril de petróleo. Eles se mantêm em patamares muito elevados, atingindo valores próximos à barreira psicológica dos US\$ 100,00, e têm gerado pressão sobre a taxa de inflação em âmbito global.

No dia 18 de novembro, os países pertencentes à OPEP reuniram-se em Riad, na Arábia Saudita. Na agenda, havia uma solicitação dos Estados Unidos para que houvesse aumento de produção e a constatação da Agência Internacional de Energia (AIE) de que os níveis de preços praticados pelo mercado estão fragilizando a demanda mundial. Concluída a reunião, Ali al-Naimi, o todo-poderoso ministro saudita, afirmou que esses níveis praticados pelo mercado independem

de decisões da instituição. No dia 21 de novembro, a cotação do barril de petróleo fechou o pregão em valor muito próximo a US\$ 100,00, em Nova Iorque.

As descobertas de jazidas de petróleo em 2007, da Petrochina, em Nanpu, na Baía de Bohai (7,3 bilhões de barris equivalentes de petróleo), e da Petrobras, no campo de Tupi (5 bilhões a 8 bilhões de barris), geraram algum otimismo no mercado, mas a repercussão dessas reservas sobre a cotação do barril de petróleo implica ações a longo prazo para a obtenção de resultados. No curto prazo, o preço do barril do petróleo pode avançar, dentre outras razões, se o conflito entre a Turquia e os curdos do norte do Iraque assumir uma dimensão maior do que o embate vigente, ou se as relações entre Estados Unidos e Irã criarem um impasse explosivo na região, ou, ainda, se houver redução abrupta dos estoques, no Hemisfério Norte, ao longo do inverno que inicia. De outro lado, o preço do barril pode recuar, à medida que houver uma desaceleração mais forte do que a prevista na economia dos Estados Unidos, fruto da crise das hipotecas, que já atingiu os bancos norte-americanos e que contagiou os intermediários financeiros do Japão e da Europa, e cujo efeito sobre a atividade econômica deve concretizar-se no primeiro semestre do próximo ano.

Para 2008, frente a uma demanda estimada de 87,0 milhões de barris/dia, há uma previsão de que a oferta mundial de petróleo dos países não pertencentes à OPEP atinja 56,2 milhões de barris/dia. Admitindo-se que a economia mundial mantenha o ritmo de crescimento econômico e que o produto cresça 4,8% em 2008, conforme previsão do FMI, a OPEP estima que haja uma diferença de 30,8 milhões de barris/dia a ser atendida pelos países produtores de petróleo.

Oferta e demanda de petróleo no mundo — 2004-08

(milhões barris/dia)

ANOS	DEMANDA MUNDIAL	OFERTA MUNDIAL		
		Países Não Pertencentes à OPEP	Países Pertencentes à OPEP	Total
2004	82,3	53,0	30,0	83,0
2005	83,5	53,1	31,1	84,2
2006	84,5	53,5	30,9	84,4
2007	85,7	54,6	(1)31,1	85,7
2008	87,0	56,2	(1)30,8	87,0

FONTE: OPEP. **Monthly Oil Market Report**, nov. 2007, p. 48 e 57. Disponível em:

<www.opec.org/home/Monthly%20oil%20Market%20Reports/2007/pdf/MR112007.pdf>.

(1) Diferença estimada para atender à demanda mundial.

Antonio Carlos Fraquelli (FEE)

Safra de verão 2007/2008: uma aposta no aumento da produtividade

De acordo com o primeiro levantamento (out./07) das intenções de plantio da safra de verão 2007/2008 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o crescimento das vendas de insumos e máquinas agrícolas no País indica uma expectativa bastante positiva com relação à produtividade para tal safra.

Mas, se, no caso das máquinas, esse crescimento é explicado, na sua maior parte, por investimentos em segmentos fora do setor produtor de grãos — como o de cana-de-açúcar e o florestal —, no caso dos fertilizantes, está relacionado com o aumento da área de cultivo de milho e, especialmente, com a maior utilização de tecnologia. A Associação Nacional para

Difusão de Adubos e Corretivos indica que as vendas de janeiro a setembro de 2007 foram 33% superiores às de igual período de 2006.

No Rio Grande do Sul, o crescimento esperado na produção de grãos de verão é superior ao estimado para o Brasil e decorreria de ganhos de produtividade, pois há a redução das áreas utilizadas com as culturas de verão no Estado. Essas expectativas também são reflexo do aumento das compras de fertilizantes — o Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos do Rio Grande do Sul indica aumento de 25% nas vendas de janeiro a setembro de 2007, em relação a igual período de 2006.

Variação percentual da produção e da área plantada de arroz, feijão, milho e soja no Brasil e no RS — 2006-07

CULTURAS	BRASIL		RS	
	Produção	Área Plantada	Produção	Área Plantada
Arroz	-2,49	-2,59	-6,51	-7,94
Feijão	-1,99	-3,20	18,54	-3,85
Milho	20,98	8,22	32,32	-3,98
Soja	11,27	-6,40	31,48	0,59

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2007. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2007.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

Bolsa de valores: o Rio Grande do Sul tem um caminho a percorrer

Nos últimos anos, o mercado de ações brasileiro tem vivido um momento de prosperidade. Em 2004 e 2005, foram 16 ofertas públicas iniciais — IPOs na sigla em inglês. Em 2006, foram 26, e, até julho deste ano, 46 novas IPOs.

O principal catalisador dessa mudança tem sido o Novo Mercado da Bovespa, segmento especial, idealizado, em 2000, para abrigar as companhias que se comprometem com as melhores práticas de governança corporativa. Foram criados, além do Novo Mercado, dois segmentos intermediários, os chamados Nível 2 e Nível 1.

Hoje, do total de 440 empresas na Bovespa, 70% delas ainda pertencem ao segmento tradicional.

O Rio Grande do Sul ocupa a terceira posição no número de empresas presentes na Bovespa — considerando as Regiões Sul e Sudeste —, mas tem o mais alto percentual de companhias que não estão classificadas em qualquer um dos níveis de governança corporativa (82,5%). Possui, também, o menor número de companhias no Novo Mercado, apenas três.

As explicações para o pequeno número de empresas gaúchas que demonstram maior preocupação com a governança corporativa são diversas, entre elas, a falta de destaque em

setores que ultimamente estiveram em alta, com grande IPO no Novo Mercado, como o relacionado à produção de álcool e o segmento de empresas de tecnologia e educação.

Situação das companhias, segundo os principais estados, nos vários segmentos da Bovespa — 2007

ESTADOS	TOTAL DE COMPANHIAS ABERTAS	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
SP	198	44	10	22	122
RJ	61	9	2	3	47
RS	46	3	1	4	38
MG	31	4	1	2	24
SC	29	6	1	1	21
PR	17	4	1	0	12

FONTE: Bovespa.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)

Política cambial poderá alterar matriz industrial

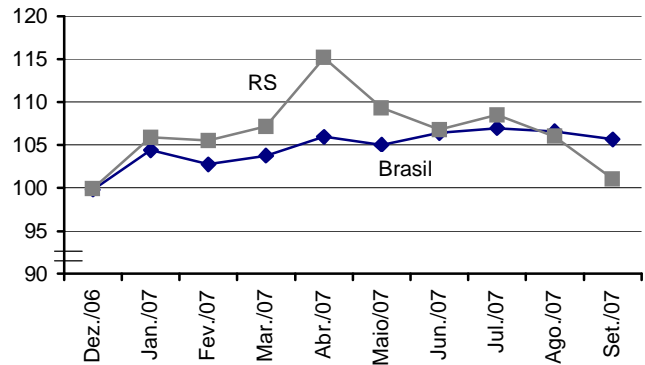
A taxa de crescimento da indústria de transformação brasileira no mês de setembro (5,7%), em relação a igual mês de 2006, ainda que positiva, foi inferior à obtida no mês de agosto (6,6%). Embora isso não signifique uma reversão do crescimento iniciado no mês de janeiro, pode estar contribuindo para o desenvolvimento de uma dinâmica de expansão industrial irregular e desequilibrada.

No RS, a produção física da indústria de transformação sofreu uma desaceleração ainda maior no mês de setembro (1,0%), em relação ao mês de agosto (6,0%). Os principais responsáveis por essa desaceleração foram as indústrias de alimentos, fumo, calçados, metalúrgica básica e mobiliário, que obtiveram resultados negativos. Todas elas sofreram influência do câmbio desfavorável, seja por serem *commodities*, seja por serem exportadoras, seja por concorrerem com produtos importados.

Ainda assim, a elevada utilização da capacidade instalada da indústria de transformação (**Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas**) e o crescimento da produção brasileira de bens de capital indicam que a indústria deve continuar com resultados positivos, graças ao aquecimento do consumo interno. O fato significativo do ano em curso, decorrente da manutenção de uma relação cambial desfavorável às contas comerciais, é que a atividade industrial está cada vez mais dependente da importação de bens intermediários. Mesmo que as perspectivas para as indústrias brasileira e estadual sejam de expansão, o atendimento da demanda tende a

se apoiar cada vez mais na importação de componentes, insumos e matérias-primas, o que viria a fragilizar ainda mais os elos das cadeias produtivas e a tornar a indústria excessivamente vulnerável às oscilações do mercado internacional.

Índices mensais da produção física da indústria de transformação brasileira e do Rio Grande do Sul — dez./06-set./07



FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.
NOTA: Os índices têm como base igual mês do ano anterior.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

A nova série do PIB regional

A recente revisão da metodologia das Contas Nacionais e Regionais adotada pelo IBGE, concomitantemente à adoção de novas bases de dados, entre as quais estão as pesquisas anuais, determinou uma modificação nos resultados já divulgados para os agregados econômicos das unidades federativas.

A utilização de fontes de dados mais atualizadas permitiu que se realçassem as dissimilaridades econômicas interestaduais, percebidas nas diferenças de ganhos ou perdas relativas em termos setoriais, sendo casos generalizados de mudança na composição da estrutura econômica das unidades federativas o aumento de participação relativa dos serviços e, por outro lado, a perda de participação da agropecuária e da indústria. Esses fatos estiveram em consonância com o que aconteceu com o País como um todo, onde o fenômeno do aumento de participação relativa dos serviços *vis-à-vis* aos setores da agropecuária e da indústria foi verificado.

No caso do RS, o setor agropecuário teve sua participação relativa diminuída, refletindo o que aconteceu com o Brasil como um todo. Em 2005, na série nova, essa participação foi de apenas 7,1%. No entanto, esse foi um ano atípico, de quebra de safra, em decorrência de fatores climáticos. A participação relativa da indústria gaúcha, que oscilava em torno de 40% de seu PIB, depois da adoção da nova série, chegou a cair para algo em torno de 30%. Já o setor serviços, cuja parti-

cipação relativa anterior às mudanças adotadas se situava em cerca de 45%, superou agora os 60%.

Participação do VAB dos setores de atividade do RS no Brasil e estrutura do VAB do RS — 2002-05-série nova

ATIVIDADES	2002	2003	2004	2005
Participação % no Brasil				
Agropecuária	11,0	12,8	11,0	8,3
Indústria	7,5	7,5	7,5	6,9
Serviços	6,8	6,7	6,6	6,5
Estrutura do VAB (%)				
Agropecuária	10,0	12,8	10,6	7,1
Indústria	28,0	28,1	31,5	30,3
Serviços	62,0	59,0	57,9	62,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.
FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

Fator previdenciário *versus* idade mínima

Na Reforma da Previdência de 1998, a proposta de introduzir, como requisito para aposentadoria, a idade mínima de 60 anos combinada com 35 anos de tempo de contribuição para homens e de 55 de idade e 30 anos de contribuição para mulheres foi aprovada para o regime previdenciário dos servidores públicos e não obteve aprovação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A alternativa do Governo foi a criação do fator previdenciário (FP), que consiste numa fórmula matemática que funciona como um redutor no valor das aposentadorias, desde que cumprido o critério do tempo de contribuição. O componente principal do FP é a expectativa de sobrevida, que é uma variável da idade do segurado. Combinando a idade de 63 anos com o tempo de contribuição de 30 anos de uma segurada e de 35 anos de um segurado, chega-se ao fator 1. Abaixo desse patamar, no cálculo do valor das aposentadorias, é aplicado um redutor. O impacto do FP pode ser avaliado em um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, onde é demonstrado que o fluxo anual de concessão de aposentadorias por tempo de contribuição caiu de uma média anual de 339,8 mil no período 1995-98 para 136,2 mil no período 1999-04.

No Senado, tramita uma proposta, apoiada pelas centrais sindicais, de extinguir o FP e de voltar à sistemática anterior à Reforma da Previdência de 1998, que consistia apenas na exigência de um tempo mínimo de serviço como critério para a aposentadoria, sem exigência de idade mínima, sendo que o cálculo do valor do benefício se baseava na média dos salários de contribuição dos últimos 36 meses corrigidos moneta-

riamente. Para o Governo e para alguns especialistas, essa proposta é inaceitável, na medida em que o FP é um mecanismo que foi criado para cumprir com a mesma finalidade da idade mínima: evitar as aposentadorias em idade precoce.

O FP exige mais tempo de contribuição do que a idade mínima para uma aposentadoria com a integralidade da média das contribuições e não permite ao segurado planejar sua aposentadoria antecipadamente, devido à complexidade da fórmula e porque a expectativa de sobrevida muda anualmente. Porém, para os trabalhadores inseridos num mercado de trabalho com alta rotatividade de mão-de-obra, com taxa de desemprego elevada e com renda média baixa, mesmo sujeitos ao redutor do FP, existem compensações. Primeiro, porque, ao se aposentarem, mesmo com um valor rebaixado pelo redutor, podem continuar trabalhando e, assim, obter uma complementação de renda; segundo, porque, em caso de desemprego, esses trabalhadores terão uma renda assegurada.

Recentemente, surgiu a proposta do Ministro da Previdência de aumentar o tempo de contribuição para a aposentadoria em cinco anos, tanto para homens como para mulheres, o que sugere uma longa e turbada batalha entre o Governo Lula e as centrais sindicais. Situação que, politicamente, não é nem um pouco interessante, por implicar um choque com setores que geralmente apóiam o Governo.

Pode-se estar diante de uma manobra diversionista, com o objetivo de instituir a idade mínima, com o fim do FP e sem aumento do tempo de contribuição, o que seria uma solução razoável tanto para o Governo como para os trabalhadores.

Fator previdenciário para diversos tempos de contribuição e idades, baseado na tabela de expectativa de sobrevida de 2005, válida para ambos os sexos, no Brasil — 2007

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO HOMEM	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA MULHER	IDADE DE APOSENTADORIA							
		48	53	55	58	60	61	62	63
35 anos	30 anos	0,6000	0,7000	0,7000	0,8000	0,9000	0,9000	0,9700	1,0000
36 anos	31 anos	0,6000	0,7000	0,8000	0,9000	0,9000	1,0000	1,0000	1,0000
37 anos	32 anos	0,6000	0,7000	0,8000	0,9000	1,0000	1,0000	1,0000	1,1000
38 anos	33 anos	0,6000	0,7000	0,8000	0,9000	1,0000	1,0000	1,1000	1,1000
39 anos	34 anos	0,6000	0,8000	0,8000	0,9000	1,0000	1,0000	1,1000	1,1000
40 anos	35 anos	0,7000	0,8000	0,9000	1,0000	1,0000	1,1000	1,1000	1,2000

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

(1) As mulheres, para efeito de cálculo, têm um bônus de cinco anos de tempo de contribuição, igualando-se, com isso, aos homens, pois a expectativa de sobrevida é a mesma para ambos os sexos.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.11.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Míriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva. Expedição: Lisete Maria Giroto.